

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
DEPARTAMENTOS DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA E EXTENSÃO RURAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E EDUCAÇÃO NO
CAMPO**

**O PAPEL DOS MÚLTIPLOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE
TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NOS ASSENTAMENTOS DE
REFORMA AGRÁRIA DE HULHA NEGRA/RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Andressa Ramos Teixeira

Santa Maria, RS, Brasil

2016

**O PAPEL DOS MÚLTIPLOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE
TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA DE HULHA NEGRA/RS**

Andressa Ramos Teixeira

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau
Especialista em Agricultura Familiar e Educação do Campo.

Orientador: Prof. José Marcos Frohëlich

Santa Maria, RS, Brasil

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
DEPARTAMENTOS DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA E EXTENSÃO RURAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E EDUCAÇÃO NO
CAMPO**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização**

**O PAPEL DOS MÚLTIPLOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE
TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA
DE HULHA NEGRA/RS**

elaborada por
Andressa Ramos Teixeira

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo

COMISSÃO EXAMINADORA:


JOSE MARCOS FROEHLICH

(Presidente/Orientador)


MARCOS BOTTON PICCIN

Dr. (UFSM)


EVERTON LAZZARETTI PICOLOTTO

Dr. (UFSM)

Santa Maria, 28 de outubro de 2016.

RESUMO

Monografia de Especialização
Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo
Universidade Federal de Santa Maria

O PAPEL DOS MÚLTIPLOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DE HULHA NEGRA/RS

AUTORA: ANDRESSA RAMOS TEIXEIRA

ORIENTADOR: JOSÉ MARCOS FROËHLICH

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 28 de outubro de 2016.

A presente pesquisa analisa a temática da expansão da soja nos assentamentos rurais de Hulha Negra, Rio Grande do Sul, a partir da percepção dos diversos atores sociais envolvidos no processo, tendo como base conceitual a abordagem territorial, visto que esta proporciona entender a expansão desse cultivo a partir das relações de poder estabelecidas sobre o espaço. Em complemento busca-se perceber o papel dos múltiplos atores sociais envolvidos no processo de transformação territorial nos assentamentos rurais de Hulha Negra. Metodologicamente a pesquisa apresenta caráter exploratório e qualitativo, tendo como procedimentos metodológicos, as pesquisas bibliográfica, de dados secundários e de campo. Os múltiplos atores sociais nos mostram que a expansão da soja em meio aos lotes de reforma agrária é uma opção dos agricultores que buscam alternativa para melhorar a renda, os quais trabalham em regime de parceria, expandindo o plantio para além do seu lote. Em contraponto não se apresenta, em nível de política pública federal e/ou local, ou mesmo por parte da assistência técnica, alternativas que propiciem e estimulem os agricultores a introduzir outros cultivos.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Soja Transgênica. Territorialização.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POA – Perspectiva Orientada ao Ator

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão

SIGRA – Sistema de Informação e Gestão da Reforma Agrária

SUMÁRIO

1	<u>INTRODUÇÃO.....</u>	<u>7</u>
2	<u>MÉTODOS DE PESQUISA.....</u>	<u>11</u>
2.1	ABORDAGEM QUALITATIVA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	11
2.2	APROXIMAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	13
2.3	COLETA DOS DADOS.....	14
2.4	ANÁLISE DOS DADOS.....	14
2.5	O RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA: HULHA NEGRA E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	15
2.5.1	ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA EM HULHA NEGRA	18
3	<u>A PERSPECTIVA TERRITORIAL E AS DINÂMICAS SOCIOPRODUTIVAS SOBRE OS ESPAÇO.....</u>	<u>23</u>
4	<u>SOJA TRANSGÊNICA: ENTRE IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS</u>	<u>26</u>
5	<u>OS MÚLTIPLOS ATORES SOCIAIS E A TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DE HULHA NEGRA</u>	<u>30</u>
5.1	A TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NOS ASSENTAMENTOS EM NÚMEROS.....	30
5.2	AGRICULTORES ASSENTADOS E O PLANTIO DA SOJA: MOTIVAÇÕES, VISÕES , AÇÕES E RELAÇÕES.....	35
5.3	ATORES INSTITUCIONAIS: PERCEPÇÕES E AÇÕES.....	37
5.3.1	A PERSPECTIVA DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE DE HULHA NEGRA	37
5.3.2	O OLHAR E A ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA	38
6	<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>41</u>
	<u>REFERÊNCIAS.....</u>	<u>43</u>

1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) apresenta uma trajetória de três décadas de contestação e luta em torno da concentração fundiária no Brasil, buscando a partir da mobilização de trabalhadores rurais a distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola. Contudo, o movimento que balizou os grandes enfrentamentos as oligarquias rurais, detentoras dos latifúndios improdutivos, que não cumpriam a função social da terra, vem encontrando nas últimas décadas um novo antagonista, o agronegócio, que associado aos latifúndios, vem promovendo parte da dinâmica agrária em curso no país.

O agronegócio constitui-se em um sistema complexo, caracterizado pelo domínio da cadeia produtiva, pois busca controlar a totalidade das etapas do sistema produtivo, englobando o fornecimento de insumos agrícolas, a produção, o processamento e a distribuição. De acordo com Fernandes (2008), o agronegócio constitui uma nova configuração do latifúndio, remodelado e aperfeiçoado de acordo com o capital, o qual além de concentrar terra, domina as tecnologias de produção e as políticas de desenvolvimento, promovendo a exclusão dos pequenos agricultores a partir da intensa produtividade, se fortalecendo frente a sociedade, a partir da divulgação de uma imagem que sobressai o seu caráter produtivista e gerador de riquezas, e oculta a estrutura concentradora e exploratória que o sustenta.

O avanço do agronegócio no cenário nacional redirecionou a luta do MST, fortalecendo dentro do movimento o embate ao capital, conduzindo-o a luta não apenas por terra, mas também por outro modelo produtivo. Corroborando, Almeida e Paulino (2000, p. 122) enfatizam que:

[...] a luta pela terra não se encerra em si, devendo ser entendida, sobretudo como luta contra o capital. Isso retira o sentido de uma reforma agrária distributivista, pois a renda encontra-se subjugada pelo capital, impedindo o trabalhador familiar de libertar-se do círculo de miserabilidade que lhes é imposto.

Frente a esse contexto, em que o latifúndio no modelo agroexportador produtivista vem ampliando o poder das oligarquias rurais, que ganham crescente prestígio social e político, o MST vem angariando novos desafios na luta pela terra e contra o capital,

necessitando constantemente remodelar a pauta de discussão e ação, pois necessita se fortalecer e ganhar respaldo frente à sociedade e as políticas governamentais. Nesse sentido, Gonçalves (2000) afirma que, “O grande trunfo político que mobiliza o MST é a negação do padrão de desenvolvimento agrícola existente no País, colocando em evidência a necessidade da preservação e reconstrução da agricultura camponesa pela via da Reforma Agrária [...]”.

Nesta perspectiva o delineamento produtivo do MST representa uma forma de resistência ao modelo capitalista, apresentando em meio as suas especificidades socioeconômicas aspirações que visam a manutenção dos trabalhadores sem-terra no campo a partir da reprodução do trabalho autônomo e independente do grande capital; a democratização do uso da terra; e a preeminência da agricultura familiar sobre a agricultura realizada nos moldes do grande capital. (NEVES, 2004). De acordo com o autor:

A síntese produtiva avançou, no atual contexto, para a produção agroecológica e agroindustrial como meio de agregar valor aos produtos. Assim sendo, o que norteia, de fato, a construção do modelo de trabalho do movimento é a consciência do sem terra que conseguirá reproduzir-se socialmente na medida em que resistir ao capitalismo desagregador do seu cotidiano social. (NEVES, 2004, p. 75).

Em contraponto a estas estratégias de resistência está a expansão, em lotes de reforma agrária, do plantio da soja transgênica, a qual se torna um complexo mecanismo de subordinação do agricultor familiar ao agronegócio. De acordo com Andrioli (b, 2012), a transgenia tem aprofundado cada vez mais a mercantilização das sementes e, por sua vez, a dependência do agricultor das multinacionais, pois junto com a semente determina-se tudo que será utilizado no plantio. Assim, este processo denota uma monopolização inédita do mercado agrícola, o qual possibilita a maior inserção das relações capitalistas em meio a agricultura familiar, gerando, por fim, a exclusão de muitos agricultores.

As problemáticas que derivam do cultivo da soja transgênica perpassam por questões sociais, econômicas e ambientais, especialmente, quando falamos de produção familiar. Dentre as problemáticas destacam-se, o cultivo voltado a monocultura, em detrimento da diversificação produtiva; o plantio com base em sementes transgênicas e defensivos agrícolas, em contraponto a agroecologia e a relativa autonomia do agricultor; e a tendência a concentração de terras, em contraponto a democratização do seu uso.

Com base no contexto apresentado, vislumbra-se importante traçar uma discussão em torno da expansão da soja em áreas de assentamentos de reforma agrária. Para tanto, a presente pesquisa analisa a temática da expansão da soja nos assentamentos rurais de Hulha Negra, Rio Grande do Sul, a partir da percepção dos múltiplos atores sociais envolvidos no processo, tendo como base conceitual a abordagem territorial, visto que esta proporciona entender a expansão desse cultivo a partir das relações de poder estabelecidas sobre o espaço. Para se pensar e entender tais contrapontos é importante ponderar não só quais racionalidades conduzem o agricultor a tais ações, mas também o que pensam e como atuam os atores institucionais, tais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural (EMATER) e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Hulha Negra.

A grande motivação que levou a escolha do enfoque dado a pesquisa foi a realidade vivenciada dentro dos 24 assentamentos rurais do município de Hulha Negra, Rio Grande do Sul, os quais na sua totalidade apresentam uma produção agropecuária variada, mas que vem sendo substituída pelo cultivo da soja.

Embora não seja novidade estudos que analisam a expansão da soja em assentamentos de reforma agrária a partir da abordagem territorial, este estudo busca uma abordagem diferenciada ao procurar entender o processo de territorialização da produção não pela transformação produtiva, mas pela relação que os diversos atores sociais estabelecem com o espaço em questão, gerando formas de poder que conduzem a construção e a transformação das relações entre o homem e o espaço.

Frente a esta conjunção põe-se como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Como os diferentes atores sociais e institucionais que interagem com a reforma agrária contribuem para a expansão da produção da soja em assentamentos de reforma agrária?

A partir da questão norteadora da pesquisa delimitou-se como objetivo geral deste trabalho descrever o processo de territorialização da soja nos assentamentos de reforma agrária do município de Hulha Negra a partir da percepção dos múltiplos atores sociais envolvidos com a reforma agrária. Sendo os objetivos específicos: verificar a expansão produtiva da soja nos assentamentos de Hulha Negra, nos últimos 4 anos; averiguar as motivações que conduziram alguns assentados a introduzirem o plantio do grão, bem como, suas percepções sobre as influências da entrada dessa atividade nos assentamentos; e

descrever qual o posicionamento e as ações de atores institucionais em relação a expansão do plantio de soja, a partir da visão de alguns gestores.

É importante salientar que este trabalho, ao trazer a tona uma temática tão delicada, em nenhum momento questiona ou minimiza a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST ou mesmo as políticas de reforma agrária, pelo contrário, espera-se a partir deste trabalho contribuir para o fortalecimento deste grande movimento, pois ao evidenciarem-se questões como esta, espera-se que estratégias para a transformação deste quadro sejam pensadas e acionadas pelos diferentes atores sociais e institucionais que circundam o MST.

A monografia é apresentada em seis capítulos, a começar por esta breve introdução. No segundo capítulo é explicado o percurso metodológico da pesquisa, bem como, a área de estudo abrangida pelo trabalho. No terceiro capítulo apresenta-se uma breve explanação da abordagem territorial, enquanto conceito norteador da pesquisa, e no quarto capítulo traça-se uma revisão bibliográfica sobre a soja transgênica e suas problemáticas. Na sequência, a quinta parte da monografia apresenta os resultados da pesquisa e, por fim, expõem-se as considerações finais sobre a pesquisa.

2 MÉTODOS DE PESQUISA

Nesta seção são apresentados os caminhos metodológicos utilizados para a concretização da presente pesquisa. Primeiramente são apresentados os métodos utilizados, como: a abordagem qualitativa e os procedimentos de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e pesquisa de dados secundários. Posteriormente é apresentado o processo de aproximação e incursão a campo, e logo se detalha a técnica de escolha dos atores entrevistados, a amostragem não probabilística intencional. Por fim é apresentado o procedimento de análise dos dados.

2.1 Abordagem Qualitativa e Procedimentos de Pesquisa

A presente pesquisa está alicerçada sobre a abordagem qualitativa, visto que estuda as motivações, as aspirações e as ações em torno da produção de soja em assentamentos de reforma agrária. De acordo com Minayo (2009, p. 21) “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.”.

Dentro da perspectiva qualitativa em que a pesquisa está fundada foram escolhidos como procedimentos metodológicos a serem seguidos, a pesquisa bibliográfica, pesquisa de dados secundários e de campo. A partir da pesquisa bibliográfica obtiveram-se conhecimentos conceituais e teóricos que auxiliaram na construção metodológica, bem como, na análise da realidade e, portanto, na análise dos resultados de pesquisa. Nos primeiros momentos dedicados a pesquisa bibliográfica, as temáticas pesquisadas foram território, com ênfase nas obras de Marco Aurélio Saquet e Rogério Haesbaert, e Perspectiva Orientada ao Ator (POA), de Norman Long e Jean Douwe van der Ploeg.

A pesquisa de dados secundários foi realizada a partir do Sistema de Informação e Gestão da Reforma Agrária (SIGRA), o qual aparece como a fonte de dados mais rica sobre os assentamentos, possibilitando a verificação de dados específicos por beneficiário da reforma agrária. O que permite analisar não só o avanço da soja, mas também quais são as culturas

que vem sendo substituídas pelo cultivo do grão. O SIGRA apresenta dados dos anos de 2012, 2013 e 2014.

Na pesquisa de campo a coleta de dados foi realizada a partir de roteiros de entrevista semiestruturada. As entrevistas foram direcionadas a atores sociais e institucionais que possuem vínculo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e que de alguma forma estão, diretamente ou indiretamente, vinculados à produção da soja.

Portanto, a população de interesse dessa pesquisa consistiu no conjunto de atores envolvidos com a reforma agrária no município de Hulha Negra, direta ou indiretamente, e especificamente aqueles indivíduos que tem vínculo com o setor produtivo, podendo assim exercer alguma influência sobre o processo de expansão da soja no local. Dentre os tipos de atores que compõe esta população estão, os assentados que produzem soja, os atores institucionais vinculados ao setor produtivo do campo, os técnicos de extensão rural do setor produtivo e agricultores impactados pelo plantio da cultura.

O grupo de sujeitos extraídos da população foi selecionado a partir da técnica de amostragem não probabilística intencional, a qual permitiu que os elementos da população fossem selecionados intencionalmente, visto que esses atores possuem características específicas e de interesse da pesquisa. A utilização dessa técnica permitiu que diversos tipos de sujeitos que compõe o universo de pesquisa fossem contemplados. De acordo com Richardson (2009, p. 161), “entende-se por sujeitos-tipos aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes da população.”.

A partir da amostra de pesquisa intencional e considerando os sujeitos-tipo de interesse, atores institucionais e agricultores, selecionaram-se para aplicar a entrevista os seguintes sujeitos: representante do INCRA; Secretário de Agricultura do Município de Hulha Negra; chefe da EMATER local e técnico da área produtiva da EMATER local, enquanto sujeitos-tipo atores institucionais; e três agricultores assentados que vem investindo no plantio da soja no município de Hulha Negra, enquanto sujeito-tipo agricultores.

2.2 Aproximação do Campo de Pesquisa

A aproximação do campo de pesquisa aconteceu a partir do “tempo comunidade”¹, etapa da especialização na qual cada aluno vivenciava as atividades de assistência técnica em um assentamento de reforma agrária. O primeiro “tempo comunidade” ocorreu na primeira semana de agosto de 2013, e os demais foram sendo realizados de dois em dois meses, até fevereiro de 2015. Neste período foi realizado um total de nove “tempos comunidade”.

As atividades do “tempo comunidade” foram realizadas junto a técnicos de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Hulha Negra, Rio Grande do Sul. Tendo, neste período sido acompanhados técnicos tanto da área agrícola, como da área social. As atividades acompanhadas também variaram, sendo desde visitas técnicas de observação e coleta de produtos, até visitas da área social em escolas, oficinas com grupos de mulheres e reuniões organizativas e avaliativas.

Esse processo de aproximação primeiramente influenciou na escolha do foco de pesquisa, a territorialização da soja nos assentamento de Hulha Negra. Pois estes momentos propiciaram entrar em contato com diversos atores locais e ir percebendo quais questões tem maior relevância para estes sujeitos. Para tanto, durante essas etapas de “tempo comunidade” foram feitas várias notas de campo, para que essas informações fossem sendo organizadas e analisadas.

Esta vivência permitiu não só a aproximação com os agricultores assentados, mas também com outros atores envolvidos com a reforma agrária, como técnicos das diversas áreas da EMATER, bem como, atores institucionais vinculados à prefeitura, os quais também são de interesse dessa pesquisa.

¹ A especialização em “Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo” teve como base a Pedagogia da Alternância, método de ensino que intercala o aprendizado em sala de aula com a vivência de campo. Para tanto o curso teve no seu percurso a realização de atividades denominadas “tempo escola”, com cinco dias de aulas de dois em dois meses, para toda a turma; e o “tempo comunidade”, que consistia em cinco dias de campo em um assentamento de reforma agrária, acompanhando técnicos de ATES. O “tempo comunidade” era realizado individualmente, entre os períodos de “tempo escola”, sendo sempre no mesmo assentamento para cada aluno.

2.3 Coleta dos Dados

A coleta de dados primários foi realizada no mês de julho de 2015, tendo sido direcionada a uma diversidade de atores que contemplam diversas funções frente o processo de expansão da soja nos lotes de reforma agrária.

A técnica de coleta de dados utilizada foi à entrevista semiestruturada, aplicada aos sujeitos escolhidos a partir da técnica de amostragem intencional. No total foram aplicadas oito entrevistas a tipos de atores diferenciados. Para tanto, os roteiros de entrevista (APÊNDICES B, C, D, E, F) apresentam questões comuns a todos os tipos de sujeitos pesquisados, bem como, questões específicas a cada tipo de ator.

As entrevistas foram pré-agendadas conforme a disponibilidade de cada indivíduo pesquisado. Tendo sido apresentado um “Termo de Apresentação da Pesquisa” (APÊNDICE A), no qual constavam as informações sobre a pesquisa e a ratificação do caráter confidencial da mesma, bem como o contato da pesquisadora.

Foram realizadas três entrevistas com agricultores assentados, dois com técnicos do escritório da EMATER de Hulha Negra, e uma conversa informal com o chefe do mesmo escritório. Conforme a autorização de cada entrevistado, as entrevistas foram registradas em gravador digital, tendo sido realizadas no período de 18 a 22 de agosto de 2015. A entrevista com o representante do INCRA² foi enviada por via e-mail, visto a indisponibilidade de tempo para a realização da entrevista por parte do interlocutor, contudo, mesmo havendo o indicativo, em vários momentos, de que a entrevista estava sendo respondida e que seria enviada, não obteve-se o retorno da mesma.

2.4 Análise dos Dados

² As perguntas direcionadas ao órgão questionavam sobre a visão, conhecimento e ações do instituto em relação a expansão da soja em meio a assentamentos de reforma agrária. Atualmente não se tem conhecimento de alguma ação direcionada a este contexto por parte do INCRA.

A última etapa da pesquisa consistiu na análise dos dados, processo que compreende além da análise, a organização dos dados e a explanação dos resultados obtidos. Primeiramente, na fase de pré-análise, foi feita a organização dos dados coletados a campo, a partir da aplicação de entrevista semiestruturada. Sendo que, inicialmente as entrevistas gravadas foram ouvidas e concomitantemente foram sendo anotados os pontos mais importantes relatados pelos entrevistados. Visto o caráter exploratório da pesquisa os resultados da pesquisa são apresentados preponderantemente de maneira descritiva, e pouco analítica.

2.5 O recorte espacial da Pesquisa: Hulha Negra e os Assentamentos de Reforma Agrária

O município de Hulha Negra, do ponto de vista de planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, integra o Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico – COREDE³ - Campanha, o qual é composto por sete municípios, que são: Ácegua, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul. (Figura 1).

³ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são fóruns de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Contudo, para fins de planejamento, os COREDEs são agregados em nove Regiões Funcionais de Planejamento, sendo que o COREDE Campanha compõe, conjuntamente ao COREDE Fronteira Noroeste, a Região Funcional de Planejamento 6. (SEPLAN, 2011).

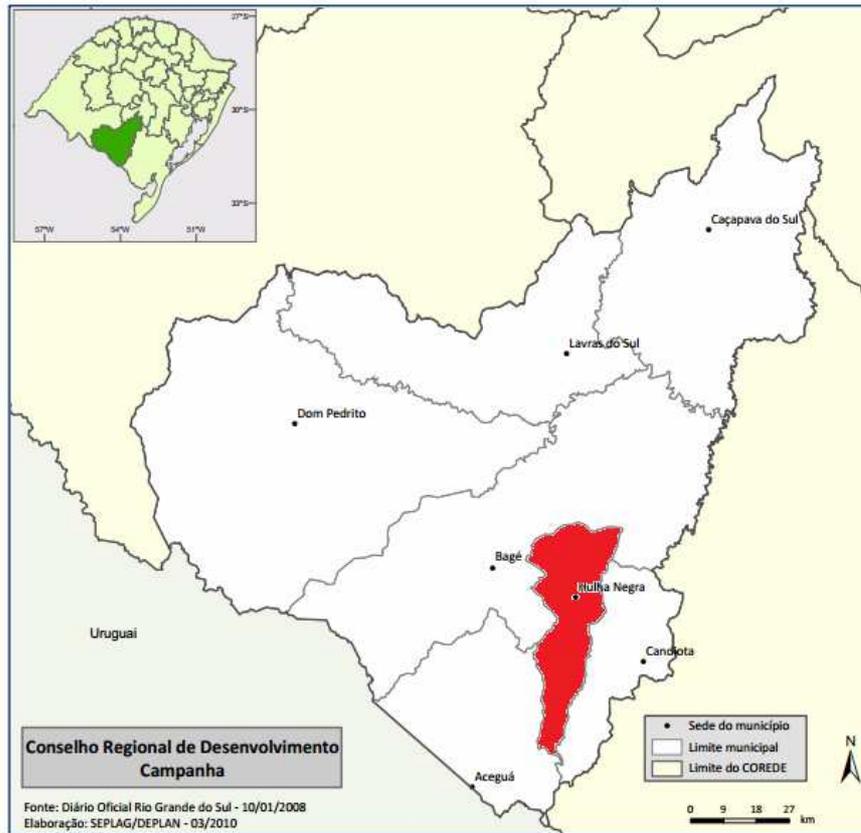


Figura 1: Mapa COREDE Campanha.
 Fonte: SEPLAG, 2010. Modificado pela autora.

Os sete municípios que integram a região do COREDE CAMPANHA apresentam similaridades no que concerne aspectos naturais, como clima, relevo e vegetação. Contudo, a composição e formação histórica, econômica e cultural destes municípios apresentam algumas variações. Os municípios de Aceguá, Candiota, Hulha Negra e Lavras do Sul são municípios pouco populosos, com número de habitantes inferior a dez mil, sendo que, destes apenas Lavras do Sul não foi emancipada recentemente. Já os municípios de Caçapava do Sul e Dom Pedrito, com população superior a trinta mil habitantes, podem ser caracterizados como de médio porte. Todos são municípios antigos, com data de emancipação ainda no século XIX. Bagé é o município mais populoso da região e atua como polarizador econômico. (COREDE CAMPANHA, 2010).

O município de Hulha Negra, de acordo com os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2000; 2010), possuía no ano 2000 uma população total de 5.349 habitantes, tendo crescido para 6.043 habitantes em 2010. Nesses 10 anos a população rural que correspondia a 55,04% de habitantes, caiu para 51,86% (ver tabela 1). Dados mais atualizados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do

Sul, FEE (2013), estimam que a população total do município em 2013 era de 6.262 habitantes.

Tabela 1 – População do município de Hulha Negra por localização de área (2000 – 2010).

Área	2000	%	2010	%
Rural (exceto aglomerado)	2.944	55,04	3.134	51,86
Urbana (cidade ou vila)	2.405	44,96	2.909	48,14
Total	5.349	100	6.043	100

Fonte: SIDRA – IBGE – Censo Demográfico

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano⁴ (IDH), o município de Hulha Negra (tabela 2) apresenta um índice de 0,643, estando incluído na classificação⁵ como médio desenvolvimento, estando fora dos padrões estadual e nacional que apresentam alto desenvolvimento. Nos indicadores individuais do município, observa-se que o IDHM Longevidade (saúde) é o que apresenta maior índice, com alto desenvolvimento, enquanto o IDHM Educação apresenta o menor índice, relativo a um baixo desenvolvimento. Já o IDH Renda, mantém-se próximo ao IDHM geral, com médio desenvolvimento. De acordo com o COREDE Campanha (2010) se comparado aos demais municípios da região, Hulha Negra é o que apresentava, em 2008, o índice de desenvolvimento mais baixo.

Tabela 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Hulha Negra, RS, Brasil (2013)

Espacialidade	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação	IDHM
Hulha Negra	0,653	0,796	0,512	<i>0,643</i>
Rio Grande do Sul	0,769	0,840	0,642	<i>0,746</i>
Brasil	0,739	0,816	0,637	<i>0,727</i>

Fonte: PNUD, 2013.

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), consiste medida do grau de desenvolvimento humano em contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB), medida de desenvolvimento hegemônica até a criação do IDH. Para mensurar o desenvolvimento humano consideram-se três dimensões que são longevidade, educação e renda, as quais são consideradas requisitos básicos para a expansão das liberdades humanas. No Brasil dispõe-se também do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o qual é calculado a partir de adaptações ao contexto nacional, utilizando indicadores mais adequados a sua realidade. (PNUD, 2013).

⁵ O IDHM apresenta quatro faixas de desenvolvimento, que variam de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento. As faixas de desenvolvimento são: muito baixo 0 – 0,499; baixo 0,500 – 0,599; médio 0,600 – 0,699; alto 0,700 – 0,799; e muito alto 0,800 – 1. (PNUD, 2013).

Do ponto de vista histórico, a região onde o município está inserido, para além da delimitação do COREDE, configurava-se como um espaço de destaque nos cenários estadual e nacional pela concentração fundiária e pelo domínio sociopolítico das oligarquias rurais, que por sua vez configurava um espaço de desigualdades sociais no campo. De acordo com Cherlotti (2007, p. 76):

Os municípios das áreas de campo surgiram no início e meados do século XIX, em função do povoamento mais antigo. Nessa área, a criação de municípios foi realizada de modo muito lento e, com o decorrer do tempo, tendeu a se estabilizar, existindo municípios que desde seu surgimento, nunca sofreram fragmentação territorial. Nesse caso, enquadram-se os municípios da Campanha Gaúcha com atividade pastoril dominante e com baixa densidade demográfica.

No entanto, Cherlotti (2007) observa que o pequeno proprietário também está presente na Campanha Gaúcha desde o século XIX, mesmo que com pouca expressividade. Segundo ele esses produtores rurais estão no entorno dos latifúndios e são resultado de diversos processos sociais, dentre os quais se destaca a divisão das estâncias em função de heranças.

Nos últimos 25 anos, este espaço que esteve alicerçado sobre um tradicionalismo que pouco lhe permitia transformar-se vem passando por significativas mutações, seja na reconfiguração espacial e populacional dos municípios, na sua estrutura agrária ou nos seus modos de produção. Parte destas transformações vem acontecendo a partir de um processo social complexo que é a realização de políticas de assentamentos, e que em nível de estado tem na campanha gaúcha, pela sua configuração fundiária, um importante cenário para a realização destas políticas. A partir do final da década de 1980 ocorreu a inserção de diversos assentamentos nos municípios da Campanha Gaúcha.

2.5.1 Assentamentos de Reforma Agrária em Hulha Negra

O primeiro assentamento implementado em Hulha Negra, data do ano de 1978, quando o atual município ainda era distrito de Bagé. O “Projeto de Assentamento Nova Esperança” recebeu 128 famílias oriundas do conflito na reserva indígena de Nonoai, no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, esta proposta de assentamento feita pelo governo estadual assemelhava-se mais a um projeto de colonização, visto que os lotes de 15

e 20 ha eram comercializados a juros subsidiados pelo governo do estado. Nesse processo não se desapropriavam latifúndios para fim de reforma agrária. (NEVES DA SILVA, 2015).

No ano de 1989 foram implementados em Hulha Negra os primeiros assentamentos, todos vinculados a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e resultado de projetos estaduais. Nesse período Hulha Negra ainda era distrito do município de Bagé. Os primeiros assentamentos foram: Nova União 1, Santa Elmira e Conquista da Fronteira. Contudo estes assentamentos foram regularizados pelo INCRA apenas em 1999, por isso no Quadro 1, que apresenta, entre outros dados dos assentamentos, suas respectivas datas de criação, consta como ano de criação 1999 e não de 1989.

Atualmente o município tem em sua composição 24 assentamentos (Figura 2), dentre os quais oito derivam de políticas de assentamento federais, e 16 são resultado de políticas de assentamento estaduais.

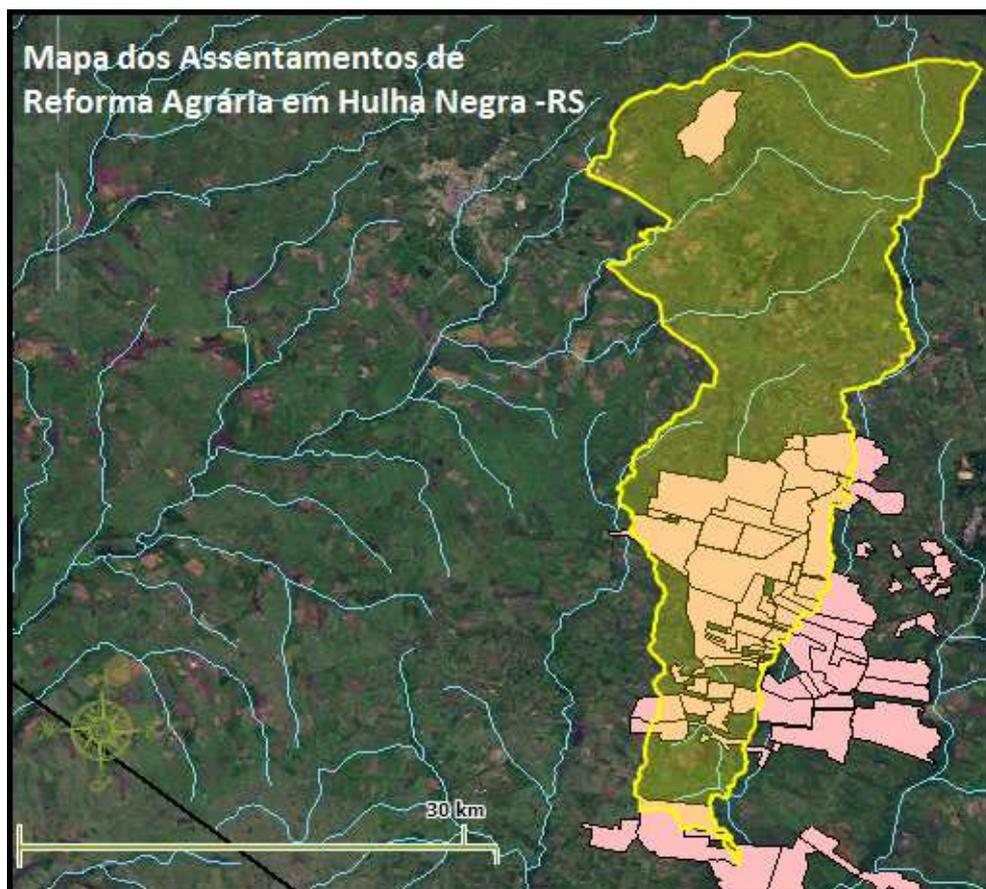


Figura 2: Mapa dos Assentamentos de Reforma Agrária em Hulha Negra.
Fonte: ANEEL, SIGEL (2015).

Estes assentamentos apresentam variação significativa quanto ao número de famílias assentadas, o PA Estancinha II é o que tem menor número de famílias, com apenas quatro, e o PA Capivara II/Conquista da Capivara, com 129 famílias assentadas, apresentada o maior número de lotes entre os assentamentos de Hulha Negra. Respectivamente, estes assentamentos apresentam a menor e maior área dentre os 24 assentamentos localizados no município.

No quadro 1 também pode se observar as diferentes fases⁶ de cada assentamento, estando 18, em fase de estruturação, 5 em fase de instalação e 1 em fase de assentamento criado, sendo que não há nenhum em fase de consolidação.

De acordo com os técnicos da Emater Hulha Negra, nos assentamentos do município distribuem-se 853 famílias, que conferiram ao município de Hulha Negra o adensamento de ocupação do meio rural. Contudo os dados do INCRA apontam que no município existem 906 famílias assentadas. De acordo com os técnicos esta diferença nos números deriva de algumas disparidades no número de lotes, especialmente em alguns assentamentos em que algumas famílias receberam dois lotes, visto o tipo de área recebida.

6 De acordo com Ipea <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/desenv5.pdf> são consideradas 7 as fases de implementação de um assentamentos: **1. Pré-Projeto de Assentamento** - Fase em que os imóveis já se encontram selecionados e decretados para a desapropriação; **2. Assentamento em Criação** - Aquele cuja clientela encontra-se já selecionada pelos programas de acesso à terra; **3. Assentamento Criado** - Imóvel já sob o domínio ou posse do INCRA, na condição permissiva de ingresso das famílias selecionadas; **4. Assentamento em Instalação** - Projeto criado, cujos beneficiários encontram-se em instalação no imóvel, na fase de construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA; **5. Assentamento em Estruturação** - Aquele em que se inicia a fase de implantação de infraestrutura básica; **6. Assentamento em Consolidação** - Aquele cujos beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infraestrutura básica, e acesso ao PRONAF-A, estando em fase de titulação definitiva, cujas famílias já possuem condições socioeconômicas de migrar para as outras linhas de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; **7. Assentamento Consolidado** - Aquele que tenha mais da metade das famílias beneficiárias da concessão de título definitivo de propriedade.

Quadro 1 – Projetos de Assentamentos de Hulha Negra - RS

Nome do Assentamento	Famílias Assentadas	Área do PA	Data de Criação	Fase dos Assentamentos
PE ESTÂNCIA SAMUEL	47	1.660	2002	Assentamento em Estruturação
PA DAS PALMEIRAS	26	655,9882	2001	Assentamento em Estruturação
PE NOVA QUERÊNCIA	59	1430	2000	Assentamento em Estruturação
PA CAPIVARA II/CONQUISTA DA CAPIVARA	129	2846,3641	2001	Assentamento em Estruturação
PE CONQUISTA DO FUTURO	34	669	2000	Assentamento em Estruturação
PE SANTA ELMIRA	53	1411	1999	Assentamento em Estruturação
PA ESTÂNCIA VELHA II/BELA VISTA	5	131,9174	2001	Assentamento em Estruturação
PE MISSÕES DO ALTO URUGUAI	10	228	1999	Assentamento em Instalação
PE CHÊ GUEVARA	50	1187	2000	Assentamento em Estruturação
PE NOVA UNIÃO II	7	174	1999	Assentamento em Estruturação
PE BOA AMIZADE	27	745,4	1999	Assentamento em Instalação
PE SANTO ANTÔNIO	23	294	1999	Assentamento em Estruturação
PE UNIDOS VENCEREMOS	12	279	2000	Assentamento em Estruturação
PA TAPETE VERDE/CAMPESINOS	27	655,9135	2001	Assentamento em Estruturação
PA BANHADO GRANDE	28	663,287	2001	Assentamento em Estruturação
PA ESTÂNCIA VELHA I	38	927,7356	2001	Assentamento em Estruturação
PE NOVA UNIÃO I	38	803	1999	Assentamento em Estruturação
PE CONQUISTA DA FRONTEIRA	91	2321	1998	Assentamento em Instalação
PE CONQUISTA DO ARVOREDO	16	410	1999	Assentamento em Instalação
PE NOVA GERAÇÃO	10	257	2000	Assentamento em Estruturação
PA MEIA ÁGUA / UNIDOS VENCEREMOS II	92	2040,2735	2001	Assentamento em Estruturação
PE ABRINDO FRONTEIRAS	68	1514	2000	Assentamento em Estruturação
PE NASCE UMA ESPERANÇA	12	282	1999	Assentamento em Instalação
PA ESTANCINHA II	4	115,7394	2006	Assentamento Criado
<i>24 assentamentos</i>	<i>906</i>	<i>21.701,6187</i>		

Fonte: INCRA. <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em: 27 de setembro de 2015.

É importante enfatizar que a dinâmica social introduzida na Campanha Gaúcha pelas políticas de assentamento, além de colaborar para uma relativa transformação da estrutura fundiária na região e para a ocupação efetiva do campo por pessoas, também conduziu para

a reconfiguração da malha municipal. Hulha Negra foi emancipada do município de Bagé no dia 19 de março de 1994. No entanto, Bagé na sua atual configuração geográfica possui apenas dois assentamentos, com 21 famílias assentadas, os quais são assentamentos recentes, criados nos anos de 2006 e 2010.

De acordo com relatos de diversos agricultores assentados, as famílias chegadas a região por meio das políticas de assentamento apoiaram a foram importantes na mobilização pela emancipação de Hulha Negra, visto que o município de Bagé pouco apoiava o então distrito, sobre tudo as áreas com assentamentos. Desta forma, a emancipação teve um papel estratégico para que estas áreas tivessem maior visibilidade frente ao governo local.

3 A PERSPECTIVA TERRITORIAL E AS DINÂMICAS SOCIOPRODUTIVAS SOBRE OS ESPAÇO

Neste capítulo apresenta-se a perspectiva territorial enquanto referencial analítico deste trabalho. Inicialmente é apresentado o território em sua construção histórica, para posteriormente focar-se essa categoria de análise do espaço pelas suas características. A partir desta proposta analítica pretende-se buscar o ponto de convergência entre território e dinâmicas socioprodutivas.

De acordo com Saquet (2007), a perspectiva territorial adentrou a Geografia e as ciências humanas a partir das análises estabelecidas por Friederich Ratzel, geógrafo alemão, que buscou apoio na Biologia, na qual o conceito de território refere-se ao espaço em que um determinado grupo de animais se aloca e, por consequência, estabelece domínio sobre ele, como forma de controle e proteção da sua reprodução. A transposição deste conceito para a Geografia conduziu a uma abordagem geopolítica, contextualizada na expansão do Estado Alemão. Ao olhar de Ratzel o território era o espaço dos recursos naturais, base para o progresso da civilização, para tanto os povos tinham seu progresso condicionado a disposição ou não desses recursos.

No decorrer dos anos esta perspectiva analítica foi transmutando-se dentro da ciência geográfica e demais ciências humanas, ganhando novas interpretações, conferindo-lhe um caráter multidimensional. Atualmente o conceito de território está sendo amplamente difundido em análises de estudos acadêmicos das ciências humanas, bem como, na estruturação de políticas públicas, os quais expressam as diversas faces analíticas possíveis a partir deste conceito.

A ideia de território que se utiliza neste trabalho é aquela que indica que um território constitui-se a partir das relações de poder que determinados atores sociais estabelecem sobre determinado espaço. Para Claude Raffestin (2011),

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 2011, p. 128)

Corroborando, Haesbaert (2005) indica que o território, em suas diferentes acepções, está vinculado a ideia de poder, seja numa conotação material ou simbólica. De acordo com o autor o território tem um sentido concreto e funcional de dominação político-econômica, e um sentido simbólico, mais subjetivo, de apropriação cultural.

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista). (HAESBAERT, 2005).

Ao longo do tempo a territorialização do espaço teve diferentes fins ou objetivos para os grupos humanos. Na sociedade tradicional o território era um abrigo físico, funcional, que provia recursos materiais ou o meio de produção, logo acresceu-se ao território a conotação simbólica, visto que em meio a uma referência espacial, como a própria fronteira, sobressaíam-se grupos com determinada identidade. Já na modernidade, a territorialização vinculou-se a disciplinarização ou controle através do espaço individualizado, aqui as identidades eram mais individuais do que de grupos. Recentemente o território vem pouco a pouco deixando de ser um território “zonal”, de domínio de áreas, para ser um território de construção e controle de conexões e redes, onde os fluxos de pessoas, mercadorias e informações acontecem. (HAESTAERT, 2005).

Sobre a perspectiva contemporânea do território Saquet (2007) argumenta que em torno das inovações tecnológicas e científicas configuram-se novas dinâmicas territoriais, novos arranjos locais, a partir de novos processos de aprendizagem, valorização do local e reterritorializações. Estas inovações constituem novas formas de apropriação e dominação territorial, mais complexas e heterogêneas. A partir desta nova conjuntura o autor destaca que:

A reprodução do capital acontece na circulação, no movimento, mas não de forma desarticulada, desligada do território ou dos territórios, na qual a geopolítica e a cultura estão presentes na processualidade econômica. É um movimento (i)material. A territorialização produz a possibilidade de inserção e de criação de novas forças mercantis ao processo de produção ampliada do capital; permite o acesso à específicas condições de vida e de trabalho, de conhecimentos, de infra-

estruturas e é através do processo de expansão e diferenciação territorial que o MCP se renova sempre mais forte. (SAQUET, 2007, p. 169).

A temporalidade, registrada na história é, portanto, um elemento essencial frente as diferentes territorializações, que se constituem conforme as processualidade de cada período. Para Saquet (2007, p. 170) “[...] o tempo é duração e movimento; é processual-relacional; des-contínuo. [...] O território significa tempo, temporalidades e territorialidades. Há um movimento do tempo no território e do território no tempo, simultaneamente.”.

De modo geral observa-se, conforme ressalta Saquet (2009), que o território é resultado dos processos sociais e espaciais, os quais estão inseridos em dinâmicas históricas e relacionais, a esse processo dá-se o nome de territorialização. Essa territorialização que se dá no tempo e no espaço, ao envolver processos sociais e movimentos relacionais, abarca múltiplos atores sociais e institucionais, sejam governamentais, privados, não governamentais, alicerçados por suas normas, seus objetivos e princípios, suas representações, etc. Essa multiplicidade de atores e as relações que se estabelecem no processo de produção do território formam arranjos sociais e territoriais que vão do indivíduo, passam pela família e pelas instituições.

4 SOJA TRANSGÊNICA: entre impactos econômicos, sociais e ambientais

A soja é originária do Norte da China, tendo chegado ao Brasil no início do século XX e sendo introduzida oficialmente no ano de 1914, no Rio Grande do Sul. Mas foi apenas nos anos 1970 que houve a expansão do cultivo, visto a demanda da indústria de óleo e a introdução da “Revolução Verde” no país.

A elevada demanda pela soja na atualidade resulta do uso do produto como ração animal. De acordo com Andriolli (2012. b) desde o final da década de 1990 a soja vem sendo valorizada dentro do mercado europeu enquanto alimento para a criação animal intensiva, visto o valor nutritivo proteico e o baixo custo do produto. Esta é a conjuntura que eleva a demanda da soja e faz crescer vertiginosamente as áreas plantadas, bem como, cria espaço para introdução da soja transgênica, propagandeada como sendo mais produtiva e barata.

A produção mundial de soja atingiu na safra 2013/14 o total de 283,13 milhões de toneladas. Como principais países produtores dessa leguminosa despontam os Estados Unidos com 89, 51 milhões de toneladas produzidas, sendo seguido pelo Brasil com 86,70 milhões de toneladas produzidas na última safra. A estimativa para a colheita de 2014/15 indica safra recorde nos Estados Unidos, Brasil e Argentina, levando o montante mundial ao total de 311,13 milhões de toneladas. Ver tabela 3. (KIST, 2014).

Tabela 3 – Principais Produtores de Soja e Volumes Produzidos e Projetados (milhões de T)

Países	2012/13	2013/14	2014/15
Estados Unidos	82,56	89,51	106,50
Brasil	82,00	86,70	94,00
Argentina	49,30	54,00	55,00
China	13,05	12,20	12,00
Total Mundial	267,83	283,13	311,13

Fonte: KIST, (2014).

No Brasil em 2014, do total da soja produzida, 86,70 milhões de toneladas, a maior parte concentra-se na região Centro-Oeste, que produziu 41,8 milhões de toneladas, sendo

seguida pela região Sul, que atingiu uma produção total de 29,9 milhões de toneladas. (Kist, 2014). Corroborando, Andriolli (2012) salienta que através da soja o Brasil aumentou seu potencial de exportação, tendo na safra de 2003 um marco, pois neste ano a soja tornou-se o maior produto de exportação do país e, pela primeira vez, o Brasil ultrapassou os Estados Unidos na exportação do produto.

Ao analisar o perfil das duas regiões brasileiras que mais produzem soja no Brasil, Centro-Oeste e Sul, Conte (2006) relata sobre o tamanho das propriedades em que se planta soja na região sul brasileira. A partir desta análise evidenciou-se que:

[...] nos estados do Sul predominam os pequenos estabelecimentos, sendo que 20,4% no Paraná e 27,9% no Rio Grande do Sul possuem menos de 10 hectares. Esse percentual sobe expressivamente se considerarmos estabelecimentos com menos de 100 hectares. Eles representam 88,8 % e 94,6% do total de estabelecimentos paranaenses e gaúchos, respectivamente. No Centro-Oeste, estabelecimentos com menos de 100 hectares são menos expressivos: 52,2% no Mato Grosso do Sul, 20,7% em Goiás e 61% no Mato Grosso. Nesses estudos, área com mais de 100 hectares são mais usuais, representando 94% do total no Mato Grosso, 79,4% em Goiás e 47,8% no Mato Grosso do Sul. Na região Sul, estabelecimentos com mais de 100 hectares representam 5,4% e 11,2% do total do Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente. (CONTE, 2006).

Os aspectos socioeconômicos que circundam a produção da soja na Região Sul brasileira, comparados ao Centro-Oeste, indicam a maior diversificação das atividades agropecuárias, a marcante presença de mão de obra familiar, o maior número de agricultores pluriativos, exercendo atividades fora da propriedade, e as cooperativas enquanto as principais financiadoras da produção, bem como, os agentes de comercialização, sendo que o único Estado em que havia o predomínio da produção de soja transgênica era o Rio Grande do Sul frente aos demais estados. Segundo a autora, nessa conjuntura, o que estaria viabilizando a produção de soja em pequenas unidades de produção é a diversificação das atividades, seja de produção ou não agrícolas, visto que contribuem para minimizar a importância dessa economia no interior das propriedades.

Para Andriolli (2012. a) a soja transgênica Roundup Ready foi implementada no Brasil mediante argumentos que defendem que esta variação da soja possibilita uma agricultura mais competitiva, a elevação das exportações e o combate à fome. Neste processo os agricultores seriam favorecidos ao ter uma produção resistente a herbicidas, o que elevaria a produção; a quantidade de herbicidas utilizados seria minimizada, diminuindo os custos de

produção; e a diminuição do uso de herbicida diminuiria os impactos sobre meio ambiente e a qualidade dos alimentos.

Contudo, o autor em uma análise voltada a pequenas unidades de produção no Brasil questiona esses argumentos, e verifica que não foi confirmado o aumento da produtividade, visto que a transgenia não pode aumentar a produção sem estar combinada com outros fatores como, clima, combate a erosão e ao esgotamento do solo, recuperação da capacidade produtiva, entre outros. Para ele o menor uso de herbicida a partir da transgenia só modifica a forma de combate às ervas daninhas, o que não influencia diretamente no aumento da produção. Sobre os custos de produção o autor argumenta que a tese defendida pelas multinacionais, de que a redução do uso de herbicidas diminuiria os custos de produção, não se confirma, pois não agrega ao cálculo do custo de produção o preço da semente transgênica, que chega a custar em média 40% a mais que a convencional. No que concerne a minimização de impactos sobre o meio ambiente e a qualidade dos alimentos, Andriolli observa que já foi constatado em países que plantam soja geneticamente modificada a mais tempo, que gradativamente esse tipo de soja exige o aumento das doses de herbicidas, visto o desenvolvimento de ervas daninhas resistentes ao glifosato, herbicida mais forte, utilizado especificamente nesta variedade de soja. (ANDRIOLLI, 2012. a).

Ferment *et al* (2015) relativiza os benefícios prometidos pelas indústrias que comercializam plantas geneticamente modificadas (PGMs) e seus pacotes tecnológicos, trazendo a tona as várias disputas e conflitos de interesses que circundam a transgenia. O autor pondera que não há consenso científico sobre os riscos biológicos das PGMs sobre o meio ambiente e a saúde humana. As questões socioeconômicas em disputa entre os que defendem e os que combatem a utilização de transgênicos também são evidenciadas:

Questões como custos e benefícios, oportunidade e conveniência para a sociedade e seus grupos populacionais também são objetos de disputa. O tema da rentabilidade econômica para diferentes perfis de agricultores bem como a questão das vantagens prometidas pelas indústrias em seu contraste com dados de realidade alimentam as polêmicas. Entre as afirmativas mais reiteradas, no foco das disputas, estão as hipóteses de essencialidade das PGMs, para a luta global contra a fome (incorporando desdobramentos políticos relativos a segurança e soberania alimentar), e a pertinência do desenvolvimento de plantas biofortificadas por meio da engenharia genética. (FERMENT, 2015, p. 417).

Sobre a influência da transgenia sobre o modo de produção dos agricultores Andriolli (2012. b) afirma que a transgenia tem aprofundado cada vez mais a mercantilização das sementes e, por sua vez, a dependência do agricultor das multinacionais, pois junto com a semente determina-se tudo que será utilizado no plantio. Assim, este processo denota uma monopolização inédita do mercado agrícola, o qual possibilita a maior inserção das relações capitalistas em meio a agricultura familiar, gerando, por fim, a exclusão de muitos agricultores.

Observa-se, portanto, que o cultivo da soja, especialmente a geneticamente modificada, carrega uma série de questões, seja de cunho ambiental, social ou econômico, os quais tendem a se aprofundar para os pequenos produtores rurais, visto a inviabilidade do cultivo em pequenas áreas de terra pelo alto custo de produção. Frente a tantas problemáticas evidenciadas pelo cultivo de soja geneticamente modificada, este trabalho busca no próximo capítulo abordar estas problemáticas a partir da realidade dos assentamentos de reforma agrária de Hulha Negra, RS, trazendo a tona também outras questões que estão intimamente vinculadas a lógica da reforma agrária e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como: o cultivo voltado a monocultura, em detrimento da diversificação produtiva; o plantio com base em sementes transgênicas e defensivos agrícolas, em contraponto a agroecologia e a relativa autonomia do agricultor, defendida pelo movimento; e a reconcentração de terras, visto que a soja não é considerada uma cultura viável em pequenas áreas.

5 OS MÚLTIPLOS ATORES SOCIAIS E A TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DE HULHA NEGRA

Na vida cotidiana e na constante apropriação e produção do território, há indivíduos e organizações sociais (instituições), públicas, privadas e não-governamentais com suas normas, regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais. Há múltiplos arranjos sociais e territoriais, que vão desde o indivíduo, passando pela família e pelas organizações políticas e/ou culturais e/ou empresariais. Há diferenças culturais e políticas e desigualdades econômicas entre as famílias e as unidades produtivas (urbanas e rurais), bem como traços comuns entre pessoas, famílias, associações, empresas, etc. (SAQUET, 2009, p. 84).

Conforme disserta Saquet, observamos que o processo de territorialização é resultado da ação de uma abrangente gama de atores sociais, os quais a partir de uma rede de relações poderão estar contribuindo para a dominação e/ou apropriação de um determinado espaço. A diversidade de atores sociais que influenciam na territorialização da soja em meio a assentamentos de reforma agrária é o enfoque abordado neste capítulo. Busca-se explicar quais são as visões e ações destes diversos dos atores sociais ou institucionais que ocasionam a construção ou não na territorialização desta forma da produção.

5.1 A Territorialização da Soja nos Assentamentos em Números

A expansão do plantio da soja nos assentamento de reforma agrária de Hulha Negra apresenta um significativo aumento desde que os dados do Sistema de Informação e Gestão da Reforma Agrária (SIGRA) vêm sendo coletados e sistematizados. Os primeiros dados foram levantados em 2012, contudo os relatos indicam que a soja transgênica vem sendo introduzida nos assentamentos do município desde 2010.

Os dados do SIGRA (Tabela 3), a partir de três indicadores de produção que são, produção em toneladas, área plantada, e registro de plantio por lote, indicam que em 2012 a produção de soja atingiu pouco mais de 276 mil toneladas, chegando a 1.849.750,00 toneladas em 2013, e no ano de 2014 o total da produção chegou a 2.384.700,00. No que se refere a área plantada com soja nos assentamentos, os números indicam que em 2012 plantou-se 465 hectares, tendo em 2013 a área aumentado para 1.592 hectares, e em 2014

para 1.968 hectares. Sobre os registros de produção, visualiza-se que em 2012, 27 famílias indicaram trabalhar com soja, em 2013 esse número subiu para 83 famílias, e em 2014 o número de registros subiu para 111 famílias que indicaram plantar soja nos seus lotes.

Tabela 3 – Variação Anual da Produção, Área Plantada e Registro do Plantio de Soja nos Assentamentos de Hulha Negra – 2012 a 2014

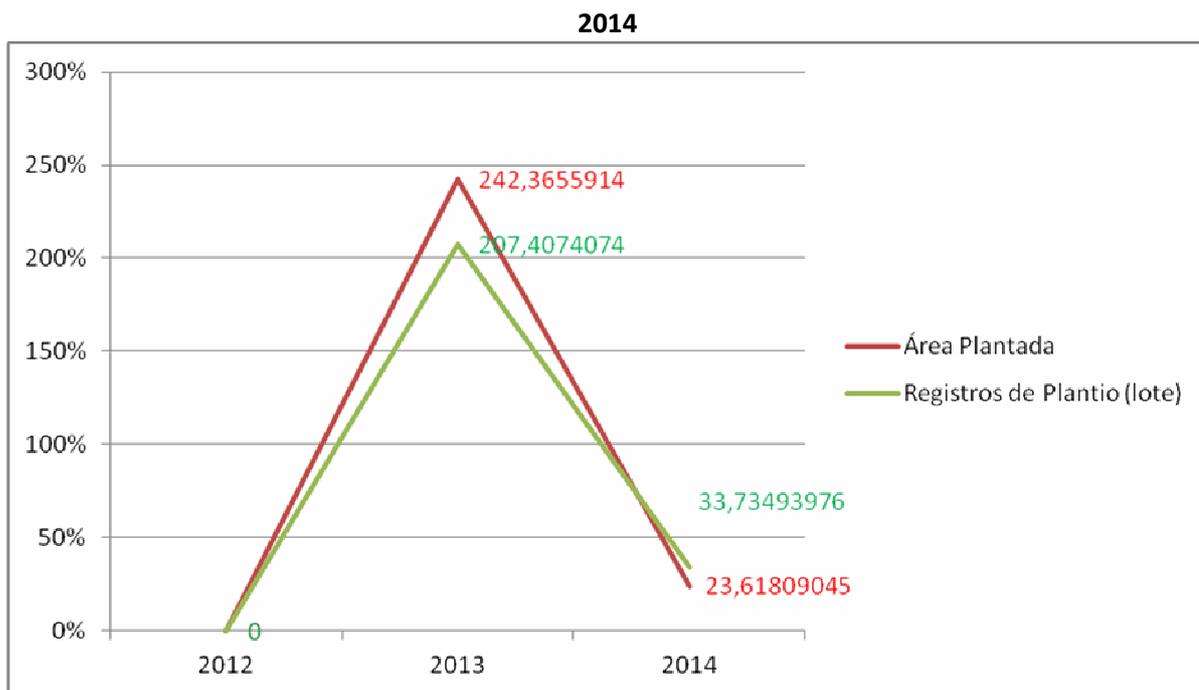
Indicadores de Produção	2012	2013	2014
Área Plantada (ha)	465	1.592	1.968
Registros de Plantio (lote)	27	83	111

Fonte: SIGRA, 2015.

Elaborado pela autora.

Ao observa-se a variação percentual destes números, Gráfico 1, pode-se perceber a variação percentual significativa de áreas plantadas e registros de plantio no ano de 2013, em relação a 2012. A variação da área plantada de soja no ano de 2013, em relação a 2012, chega a aproximadamente 240%, e o registro de plantio nos lotes aumentou aproximadamente 207%. Em 2014 estes indicadores não apresentaram desproporcionalidade entre eles, contudo o aumento percentual dos dois indicadores decaiu. Sendo que, o indicador que apresentou maior variação positiva, em relação a 2013, foi o registro de lotes ocupados com o plantio, que subiu aproximadamente 33%, enquanto a área plantada aumentou em aproximadamente 23%.

Gráfico 1 – Variação Percentual Anual da Produção, Área Plantada e Registros de Plantio de Soja nos Assentamentos de Hulha Negra/RS – 2012 a



Fonte: SIGRA, 2015.
Elaborado pela autora.

Além dos dados do SIGRA há também a estimativa feita pelos técnicos da Emater junto a Secretaria de Agricultura do município, na qual se aponta um cálculo da produção de soja em todo o município, a partir da qual consegue se extrair uma estimativa nos assentamentos. Esta estimativa é feita com base em informações repassadas pelos produtores, por amostragem em produtores maiores e produtores médios. De acordo com as estimativas no ano 2013 a produção da soja nos assentamentos teria ocupado cerca de 2.300 ha, já na safra 2014 a produção teria aumentado consideravelmente, abrangendo uma área de mais de 3.000 ha e estima-se que em 2015, na última safra a área de soja nos assentamentos tenha atingido um espaço de 4.000 ha.

As figuras abaixo apresentam o plantio de soja em três assentamentos rurais do município. A figura 3 mostra o plantio de soja no primeiro lote de assentamento, visto por quem vêm da cidade de Hulha Negra, as outras duas fotos registram a produção em assentamentos distintos, que evidencia uma relativa distribuição espacial do cultivo da oleaginosa.



Figura 3: Plantio de soja, Assentamento Estância Velha II/Bela Vista.
Fonte: registro da autora. 2014.



Figura 4: Plantio de soja, Assentamento Santa Elmira.
Fonte: registro da autora. 2014.



Figura 5: Plantio de soja, Assentamento em Hulha Negra.
Fonte: registro da autora. 2014.

A soja produzida nos assentamentos de Hulha Negra é repassada a empresas situadas no município de Bagé. Das empresas de alimentos que trabalham com grãos no município vizinho, atualmente 10 empresas⁷ recebem a soja. Repassada as empresas o grão vai direto para a exportação, através do Porto de Rio Grande.

Enquanto a soja apresentou grande variação a partir dos indicadores de produção, o leite, principal produto oriundo dos assentamentos de reforma agrária de Hulha Negra, de acordo com o SIGRA, apresentou-se estável, tendo apresentado 505 registros de lotes com produção de leite em 2012, passando para 506 registros de criação de gado leiteiro em 2013. Nesta perspectiva os dados do Informativo NESPRO (2015), ao associar o crescimento do rebanho bovino ao crescimento da soja mostram que na mesorregião sudoeste, que detém o maior rebanho bovino do estado, e onde o município está localizado, vem perdendo em expansão para a soja. Os dados indicam que no período de 2010 a 2015 o rebanho bovino da região sudoeste d Rio Grande do Sul cresceu 8,3%, enquanto a produção de soja cresceu 76,9%.

Observa-se que as regiões de menor crescimento do rebanho são aquelas de maior crescimento na área de soja. Isto é muito evidente na região Sudeste, região típica

⁷ Empresas que trabalham com soja em Bagé: Camal, Campo Limpo, Campo Novo, Coradini, Cotrijuí, Maraska, Pilon, Probagé e Rigo.

de pecuária onde a área ocupada com soja cresceu em torno de 180%. Vale salientar que a principal mesorregião pecuária é a Sudoeste, uma fronteira agrícola no Estado, em que a lavoura de soja cresceu 77%. (INFORMATIVO NESPRO, 2015, p. 17).

Observa-se nos dados apresentados nas tabelas 3 e gráfico 1 que a soja vem exibindo um rápido aumento de área, em um pequeno período de tempo, enquanto, o leite, principal produto oriundo dos assentamentos do município, manteve-se estável quanto ao número de lotes que trabalham com o produto.

5.2 Agricultores Assentados e o Plantio da Soja: motivações, visões , ações e relações

As histórias de vida dos três agricultores entrevistados nos apresentam pontos comuns, todos migraram do Noroeste do Rio Grande do Sul, são filhos de pequenos agricultores, e já haviam trabalhado com o cultivo de soja convencional nas propriedades dos pais, antes de ingressarem no MST. A entrada para o movimento, nos anos de 1985, 1986 e 1987, veio pelo anseio de ter a própria terra para cultivar e constituir suas famílias.

Enquanto assentados da reforma agrária, chegados em Hulha Negra entre 1989 e 1990, estes agricultores mantiveram por muito tempo um cultivo mais diversificado, tendo desde a dedicação a produção de sementes olerícolas, como cenoura e coentro, até a criação de gado leiteiro e cultivo de pastagens para o gado, como linhagens de produção principal nos lotes.

Atualmente a produção nos lotes dos agricultores pesquisados tende a diversificação, tendo desde a produção para subsistência, a criação de gado de leite, a produção de mel, feijão, aveia como cultura de inverno e milho para consumo animal como produtos secundários, e a soja transgênica como cultivo principal. Todos os agricultores pesquisados começaram com a produção de soja nos próprios lotes, tendo inicialmente áreas de plantio de 30ha, 18ha e 10ha, que foram gradativamente ampliadas a partir do regime de parcerias, desta forma estas áreas chegam respectivamente a 70ha, 100ha e 300ha com o cultivo da oleaginosa.

Das motivações que levaram ao plantio da soja uma é unânime, a motivação econômica, pois de acordo com estes agricultores a soja vem apresentando um bom valor

no mercado, que compensa o próprio custo de produção. Outro aspecto que motiva dois dos agricultores é facilidade de manejo da soja transgênica a partir da utilização de maquinário, que torna o trabalho menos maçante e também compensa a falta de mão de obra necessária para outros cultivos. Aparecem também como motivações, a limpa do campo, que fica pronto para a entrada do gado e a quebra de produção dos cultivos que precederam a soja, especificamente a produção de sementes olerícolas. A partir destas motivações, os agricultores relatam que a soja trouxe o benefício esperado, que para todos era o retorno econômico, posto como satisfatório.

Como ponto negativo do plantio da soja o que mais se destacou foi, investimentos imprescindíveis em equipamentos e insumos, bem como, a extrema cautela com estes investimentos, visto que, segundo um dos agricultores, caso o investimento seja mal planejado pode haver prejuízos para o agricultor. Sendo que, pouco se falou sobre os malefícios que podem ser originados ao ambiente e a saúde, a partir dos insumos que integram o pacote tecnológico da soja transgênica. Nesta perspectiva todos os agricultores relataram que caso o manejo seja feito da forma correta sem uso excessivo de químicos e com os equipamentos adequados não há perigo de contaminação do ambiente, fauna e flora, ou mesmo do ser humano.

Para esses agricultores, que tem forte inserção no movimento, existe uma divisão de opiniões sobre a inserção da soja transgênica em meio aos assentamentos de reforma agrária. Para um dos agricultores, enquanto alguns veem a inserção do agronegócio em meio a agricultura familiar um caminho estratégico, outros são contra. Para tanto, um dos agricultores observa que as disputas entre as diferentes visões elas existem e sempre vão existir, pois as pessoas são livres para fazer suas escolhas. Por fim, outro agricultor relata que algumas relações pioraram em função da introdução da soja no lote. Já a relação de disputa entre a transgenia e seus insumos e a agroecologia não é algo evidente. Apenas um agricultor percebe esta disputa sobre a matriz produtiva.

Observa-se na fala destes agricultores, que as problemáticas da soja estão vinculadas a propriedade e aos agricultores que opta pelo cultivo. Para eles qualquer problema que possa ser causado pelo uso de insumos na soja transgênica poderá ser dirimido a medida que o manejo for feito de forma adequada.

5.3 Atores Institucionais: percepções e ações

Em meio aos atores institucionais trataremos sobre as percepções e ações de três instituições importantes no processo de implementação e fortalecimentos da reforma agrária, duas de atuação em nível local e uma a nível nacional. Em nível local a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente do Município de Hulha Negra e a entidade que presta assistência técnica nos assentamentos, que no caso do município de Hulha Negra é a Empresa de Assistência Técnica em Extensão Rural – Emater. No nível nacional apresenta-se a perspectiva do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que tem como uma de suas missões promover a reforma agrária.

5.3.1 A perspectiva da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Hulha Negra

A produção sojícola adentrou o município de Hulha Negra pela primeira vez ainda na década de 1970 em substituição ao trigo e voltou a ser produzida nos anos 2000. Estima-se que na última safra de soja, entre áreas plantadas por agricultores familiares assentados, demais agricultores familiares e empresariais, o plantio da oleaginosa tenha ocupado uma área de aproximadamente 12.000 ha, devendo na próxima safra, segundo estimativa da prefeitura municipal e Emater, ocupar uma área de 15.000 ha.

A importância da soja em nível de município se dá devido a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

A atuação da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente junto aos agricultores assentados é voltada ao incentivo a diversificação produtiva, a manutenção da pecuária leiteira e a criação de agroindústrias familiares no município, sendo que esta atuação se dá pela facilitação ao acesso a programas federais e acesso a assistência técnica, e pouco por financiamento. Atualmente a secretaria apoio no município a realização da Feira da Reforma Agrária, e também está pleiteando a construção de um espaço fixo para a realização da feira, a partir de uma ação orçamentária do governo federal. O Programa Estadual de Incremento da Qualidade Genética da Pecuária de Carne e Leite – DISSEMINA,

também é apoiado pela secretaria. Já em relação a produção da soja não há nenhum incentivo ou atuação, visto que este cultivo é financiado por bancos e tem suporte técnico das próprias empresas que vendem os pacotes de insumos.

5.3.2 O olhar e a atuação da Assistência Técnica

A assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária de Hulha Negra é feita pela Emater, através do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, coordenado pelo INCRA. No escritório municipal trabalham 14 técnicos, sendo 12 exclusivos para ATES e os outros dois dedicados a ATES e a Assistência Técnica em Extensão Rural – ATER. Dos 12 técnicos que trabalham exclusivamente com ATES, quatro são da área social, e outros 8 são da área agropecuária, dos que se dividem entre ATES e ATER um é técnico social e outro técnico agropecuário.

De acordo com o exposto no Manual de ATES, a assistência técnica a Reforma Agrária tem como objetivo prestar além da assessoria técnico produtiva, também a assessoria social e ambiental as famílias inclusas nos Projetos de Assentamentos criados e reconhecido pelo INCRA, a fim de tornar as unidades de produção estruturadas, bem como, incluir as famílias em processos de desenvolvimento rural sustentável e solidário, que promova a segurança alimentar e nutricional destas famílias. (MDA, 2008, p. 16).

Considerando que a assistência técnica para assentamentos segue esta ampla diretriz, descrevemos como se dá à atuação da assistência técnica voltada a soja transgênica nos assentamentos de Hulha Negra, articulando com este objetivo.

Os técnicos da área agrícola do escritório municipal da Emater de Hulha Negra não tem uma linha de trabalho que norteie as ações em relação ao plantio de soja, desta forma os extensionistas tem autonomia para realizar suas atividades e desenvolver suas estratégias, não havendo trabalho conjunto para o desenvolvimento destas estratégias.

Para tanto, dos dois técnicos entrevistados apreende-se perspectivas de trabalhado diferenciadas em relação ao cultivo da soja, enquanto um faz um trabalho voltado ao aprimoramento do manejo da soja, para minimizar os impactos, a partir da diminuição do uso dos químicos usados, e também o trabalho conscientização sobre a conservação dos recursos naturais, o outro transcende o trabalho preventivo informativo, e busca traçar

estratégias concretas para que estes agricultores tenham acesso a medidas alternativas, dentre as quais estão a troca do insumo químico pelo biológico, para tanto foi feita uma parceria com uma das cooperativas dos assentamentos para a venda dos insumos biológicos. Outra estratégia utilizada pelo técnico foi a realização de cursos sobre o plantio de aveia e trigo, enquanto culturas alternativas que favorecem a formação da palhada como meio de evitar a utilização de herbicida para a dissecação, diminuindo o uso de agroquímicos e os impactos ao meio ambiente e a saúde.

O segundo técnico entrevistado também vem estudando diversas variedades de feijão, no intuito de encontrar uma variedade mais alta e que se adapte ao ambiente, com a finalidade de que este se torne uma alternativa de substituição da soja, visto que o feijão oferece um preço tão rentável quanto a soja, sendo que encontrando uma variedade mais alta poderia se aproveitar o maquinário da soja, e por fim este cultivo também beneficiaria a bacia leiteira, pois como a soja o feijão também deixaria o campo limpo para o gado.

No entendimento dos técnicos agropecuários os benefícios e malefícios introduzidos pelo plantio da soja ambos vislumbram como benefício apenas a questão econômica, contudo ao relatarem os prejuízos trazidos pela introdução do cultivo em meio aos assentamentos, ambos destacam as problemáticas com a saúde e os danos ambientais oriundos da utilização de produtos químicos na lavoura. Na fala do primeiro técnico entrevistado, mais problemas são postos em questão, tais como a dependência que os agricultores passam a ter da indústria, os prejuízos causados a saúde dos agricultores, e a apicultura, o aumento de pragas e doenças, e a oposição do cultivo a própria luta do movimento. Já o problema que foi levantado apenas pelo segundo técnico foi o êxodo rural favorecido pela introdução as soja nos assentamentos.

Ambos os técnicos percebem mais malefícios do que benefícios em todo do cultivo sojícola, contudo os mesmos também ponderam que esta produção tem impacto econômico sobre as famílias e que é uma escolha das mesmas, desta forma, consideram que seu papel é levar informação que ajudem a diminuir os impactos da produção e também alternativas de manejo e produtivas, que mantenham os ganhos econômicos e diminuam os impactos socioambientais.

Sobre a influência do plantio da soja no interior do movimento, os entrevistados relatam não haver um embate acirrado a nível local, pois muitos dos agricultores que estão

plantando soja são lideranças locais. Contudo, observa-se que as cooperativas do próprio movimento não estão abertas receber a soja.

Observa-se, portanto, que a assistência técnica voltada a reforma agrária não tem um trabalho conjunto, de buscar estratégias e alternativas, as ações ocorrem de maneira isolada, conforme o perfil do técnico. Contudo, as ações em torno das formas de manejo da produção, sobretudo, relativo ao cuidado com a forma de uso e a quantidade de agrotóxicos utilizados na produção da soja, aparecem em ambas as atuações. Já ações que conduzam a transição agroecológica ou a outro tipo de cultivo são isoladas e não permeiam o trabalho da entidade como um todo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se nos dados dos três últimos anos, que a produção da soja transgênica, em assentamentos de Reforma Agrária do município de Hulha Negra, apresentou um aumento significativo, tanto em área quanto em produção, evidenciando a subordinação do agricultor familiar camponês ao agronegócio, o que por sua vez, conduz a perda de sua autonomia relativa e a uma crescente dependência do mercado.

A luz dos olhares dos diversos atores sociais percebe-se a discordância entre agricultores, técnicos e secretaria de município quanto os impactos negativos da expansão da soja nos assentamentos. Para os agricultores as influências negativas estão relacionadas ao manejo da produção e dos insumos, para estes não há influências negativas em torno do ambiente e da comunidade. Já os representantes institucionais percebem que embora o manejo adequado possa minimizar esses impactos ele não é feito, gerando impactos por sua vez no lote, bem como para o ambiente e comunidade.

Em contraponto, no que concernem as influências positivas da soja observa-se um cosenso entre agricultores e atores institucionais, visto que o impacto positivo reside em ganhos econômicos para os agricultores e o município, contudo os mesmos não tem uma referência exata do rendimento líquido da produção.

Outro importante resultado que aparece nesta pesquisa é o plantio da soja em regime de parceria, que por sua vez, agrega de dois a mais lotes. Contudo, algumas questões referentes a esta forma de parceria não ficaram claras. Como se dão as parcerias, elas são constantes ou se dão apenas no período do plantio da soja? As parcerias contribuem para o êxodo rural?

Como esta pesquisa teve um caráter exploratório, não permitindo adentrar em profundidade sobre a temática da soja nos assentamentos, concluí-se este trabalho frente a inúmeros questionamentos que conduzem a diversas possibilidades de pesquisas mais aprofundadas. Dentre os questionamentos que ficam estão: Em que medida os assentamentos contribuem para o fortalecimento da soja na região? Quais os produtos que vem perdendo mais espaço para a soja nesses assentamentos? Qual a influência da expansão da soja sobre os cultivos de base agroecológica?

Os múltiplos atores sociais nos mostram que expansão da soja em meio aos lotes de reforma agrária é uma opção dos agricultores que buscam alternativa para melhorar a renda. Em contraponto não se apresenta, em nível de política pública federal e/ou local, ou mesmo por parte da assistência técnica, uma alternativa que possibilite os agricultores adentrarem em outro caminho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida e PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**. v.9, n.2, p. 113 – 127, Londrina. jul / dez: 2000.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico – SIGEL**. Disponível em: <<http://sigel.aneel.gov.br/sigel.html>> Acesso em: jul. 2015.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. Muitas promessa, pouca efetividade: a catástrofe do cultivo de soja transgênica no Brasil . In: ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs.). **Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. a.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. O fim da picada: plantas transgênicas em expansão na América Latina. In: ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs.). **Transgênicos: as sementes do mal – a silenciosa contaminação de solos e alimentos**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. b.

CHERLOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007)**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2009. 305 p.

CONTE, Luciane. **Economia de escala e substituição de fatores na produção de soja no Brasil**. Tese (Doutorado) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2006.

COREDE CAMAPANHA. **Plano estratégico de desenvolvimento do Corede Campanha (RS)**. Caçapava do Sul: 2010. Disponível em:

<<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=sXYZ9SGFu4%3D&tabid=5363&mid=7972>> Acesso em: fev. 2015.

FEE. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Perfil Socioeconômico RS - Municípios**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/>> Acesso em: fev. 2015.

FERMENT, Gilles. Et al. **Lavouras Transgênicas – riscos e incertezas**: mais de 750 estudos desprezados pelos órgãos reguladores de OGMs. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. X Encontro de Geógrafos da América Latina: Por una geografia latino americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade. 2005. São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 2005. p. 6774 – 6792.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Sistema de Recuperação Automática. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010Serie.asp?o=2&i=P>> Acesso em: fev. 2015.

INFORMATIVO NESPRO; EMBRAPA PECUÁRIA SUL. **Bovinocultura de Corte no Rio Grande do Sul**. Ano 2, n. 1, 2015. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nespro/nespro_informativos/index.php> Acesso em: set. 2015

KIST, Benno Bernardo, *et al.* **Anuário Brasileiro da Soja 2014**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2014. 104 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis– RJ: Vozes, 2009. p. 9-29.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à**

Reforma Agrária (ATES): diretrizes e manual operacional. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/licitacoes-editais-e-pregoes/anteriores/manual_ates_2008.pdf> Acesso em: set. 2015.

NEVES DA SILVA, Émerson. **Formação e Ideário do MST.** São Leopoldo – RS: Editora Unisinos, 2004.

NEVES DA SILVA, Émerson. **Campo Santo:** uma história de almas em luta contra o latifúndio. Jundiaí – SP: Paco Editorial, 2015.

PLOEG, Jean Douwe van der. **Camponeses e impérios agroalimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, PNUD. **O Índice do Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Série Atlas do Desenvolvimento Humano Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>> Acesso em: fev. 2015.

REUTERS BRASIL. **Soja transgênica ocupa 91,8% da safra do Brasil.** Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRSPEA3808K20140409>>. Acesso em: ago. 2015. **quarta-feira, 9 de abril de 2014.**

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. ed. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.). **Território e territorialidades:** teorias, processo e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEPLAN. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Atlas**

Socioeconômico do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em:

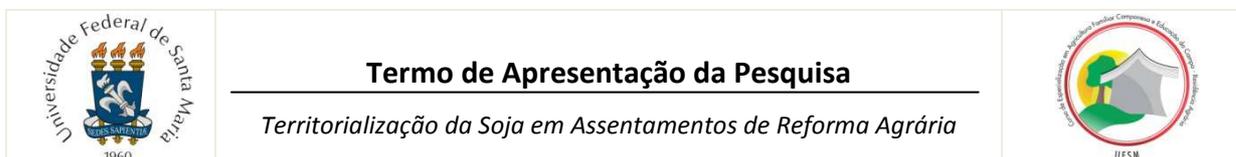
<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=791&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1328> Acesso em: fev. 2015.

VEIGA, José Eli da. **O que é reforma agrária**. Ed. 14. São Paulo: Brasiliense, 2005. Coleção Primeiros Passos; 33.

VENCATO, Ângela Zamberlan, *et al.* **Anuário Brasileiro da Soja 2010**. Santa Cruz do Sul: Ed. Gazeta Santa Cruz, p. 144, 2010.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUENO, Viviane do Nascimento. Produção de Soja em Pequenas Propriedades Familiares na Região das Missões/RS. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco, Acre: SOBER, 20 a 23 de julho de 2008.

APÊNDICE A

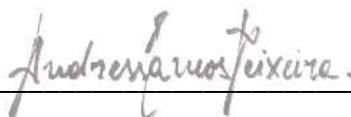


A presente pesquisa é relativa à minha monografia de especialização, vinculada ao Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Esta pesquisa visa estudar qual o papel dos múltiplos atores sociais no processo de territorialização da soja nos Assentamentos de Reforma Agrária do município de Hulha Negra, no Rio Grande do Sul.

Confirmo o caráter confidencial da entrevista e o compromisso de preservar seu anonimato quanto às informações concedidas.

Coloco-me a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, mesmo após a entrevista.



Andressa Ramos Teixeira – Pesquisadora

andressart@gmail.com

APENDICE B



ROTEIRO DE ENTREVISTA

AGRICULTORES



Nº _____

Data: ____/____/____

Local:

A. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Assentamento: _____ Formação: _____

B. Produção no Lote

1. O que é produzido no lote?

2. Desde que ano planta soja? Como foi a introdução do cultivo no lote? (*introduziu lentamente ou ocupou toda a área*)

3. O que o motivou a plantar soja? (*econômico, trabalho menos maçante, essa motivação permanece*)

4. Teve algum agente externo que incentivou a inserção na produção do grão? (*introdução de arrendatários de fora dos assentamentos, políticas públicas*)

5. A soja trouxe os benefícios esperados? Quais? (*econômico, trabalho menos maçante*)

6. Quais os principais malefícios trazidos pelo cultivo da soja? *(saúde, danos ambientais, dependência da indústria, perda da diversidade, abandono dos lotes).*

7. Já se cogitou a possibilidade de plantar soja orgânica? *(Se sim. Porque não se concretizou? Se não. Porque esta possibilidade não é considerada?)*

8. Você tem vontade de abandonar o plantio da soja e se dedicar a outros cultivos? Por quê? Qual a principal dificuldade para ingressar em outro cultivo? *(assistência técnica)*

C. Relações Externas a Propriedade

9. Como se dá a cadeia produtiva da soja para os assentados?

10. Você incentiva outros agricultores a plantar o grão? Porque?

11. O plantio da soja pode levar problemas às áreas do entorno? Existe alguma situação específica que possa ser relatada?

12. Em que ano ingressou no MST? Porque ingressou no movimento?

13. Como o movimento vê o plantio de soja?

14. A introdução da soja nos assentamentos gerou algum tipo de disputa espacial ou ideológica?

(espacial, a concentração de terras, o uso de agrotóxicos; ideológica, matriz tecnológica)

15. Como você vê a atuação dos agentes institucionais em relação ao cultivo? Há incentivo para o plantio ou para trocar a produção de soja por outro cultivo? (*INCRA – EMATER – Sec Ag Mun*)

APÊNDICE C



ROTEIRO DE ENTREVISTA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA



Nº _____

Data: ____/____/____

Local:

A. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Função: _____

Desde que ano trabalha com reforma agrária? _____ Tem alguma tendência de direcionamento técnico? *(agronegócio, agroecologia)* _____

B. Produção de Soja

1. De que maneira você, enquanto técnico (a), atua junto aos agricultores que plantam soja? *(algum incentivo para permanecer ou largar o plantio; alguma técnica para mitigar os impactos)*

2. Há alguma dificuldade em trabalhar com agricultores que plantam soja?

3. Como você vê a atuação dos agentes institucionais em relação ao cultivo? Há incentivo para o plantio de soja ou para trocar a produção por outro cultivo? *(a própria Emater, INCRA, S.A.M, governo federal)*

4. A introdução da soja nos assentamentos gerou algum tipo de disputa espacial ou ideológica?

(espacial, em relação a produção orgânica; ideológica, pela aproximação com o agronegócio e o uso de agrotóxicos)

5. Quais os principais benefícios trazidos pelo plantio da soja? *(econômico, trabalho menos maçante)*

6. Quais os principais malefícios trazidos pelo cultivo da soja? *(saúde, danos ambientais, dependência da indústria, problemas as áreas de entorno, prejudica de alguma maneira a reforma agrária).*

APÊNDICE D



ROTEIRO DE ENTREVISTA



Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Hulha Negra

Nº ____ Data: ____/____/2015

Local: _____

A. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Formação: _____

B. Soja e o Município

1. Em que ano a soja foi inserida no município? Qual a importância desta cultura para Hulha Negra? (*econômica*)

2. A soja trouxe os benefícios esperados? Quais? (*econômico, social*)

3. Quais os principais malefícios trazidos pelo cultivo da soja? (*saúde, danos ambientais, dependência da indústria, falta de alimentos, perda de diversidade, abandono dos lotes*).

4. O poder público municipal tem alguma atuação em relação a produção nos assentamentos?

5. Há algum tipo de matriz tecnológica incentivada pelo poder público local?

6. A introdução da soja nos assentamentos gerou algum tipo de disputa espacial ou ideológica?

(espacial, em relação a produção orgânica; ideológica, pela aproximação com o agronegócio e o uso de agrotóxicos)

7. Como você vê a atuação dos agentes institucionais em relação ao cultivo? Há incentivo para o plantio ou para trocar a produção de soja por outro cultivo? *(INCRA – EMATER)*

APÊNDICE E



ROTEIRO DE ENTREVISTA

INCRA



Nº _____

Data: ___/___/2015

Local: _____

A. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Formação: _____

B. Expansão da Soja

1. Qual a visão do INCRA sobre a expansão da soja em Assentamentos de Reforma Agrária?
(Considerando benefícios e malefícios).

2. Há algum levantamento da entidade em relação ao plantio da soja em assentamentos?
O que eles indicam?

3. Há alguma orientação para as entidades que trabalham com ATES, em relação
assistência técnica a agricultores que trabalham com soja? Qual?

4. Há alguma ação do INCRA em relação ao plantio de soja, a exemplo do que foi feito em
relação ao arroz? *(Se sim. Qual a finalidade da ação? Se não. Porque não?)*

APÊNDICE F



ROTEIRO DE ENTREVISTA



Bionatur

Nº _____ Data: ____/____/____

Local: _____

A. Identificação

Nome: _____ Idade: _____

Entidade: _____

B. A Cooperativa e a Expansão da Soja

1. Como a expansão da soja vem influenciando os agricultores da cooperativa e o grupo? Desde que ano vem sendo sentidas essas influências?

2. Quantos agricultores que plantavam para cooperativa passaram a produzir soja? Como esses agricultores justificaram a troca de produção? *(por ser difícil plantar orgânico em meio a agrotóxicos, pelo lucro)*

3. Há alguma estratégia para o enfrentamento a expansão da soja por parte da cooperativa?

4. Quais os principais malefícios trazidos pelo cultivo da soja? *(saúde, danos ambientais, dependência da indústria).*

5. A introdução da soja nos assentamentos gerou algum tipo de disputa espacial ou ideológica?

(espacial, em relação a produção orgânica; ideológica, pela aproximação com o agronegócio e o uso de agrotóxicos)

6. Como você vê a atuação dos agentes institucionais em relação ao cultivo? Há incentivo para o plantio de soja ou para trocar esta produção por outro cultivo? *(INCRA – EMATER)*

7. Que estratégias os atores institucionais poderiam estar usando para mediar esta expansão?
